

# O Brasil na presidência do G20: possíveis contribuições para a governança global

---

Marianna Albuquerque

## Resumo

Em meio à chamada crise do multilateralismo, marcada por disfuncionalidade das instituições internacionais e críticas sobre a legitimidade dos espaços estabelecidos de tomada de decisão coletiva, os fóruns informais têm ganhado um papel relevante. Em 1999, foi proposta a criação do G20, um grupo então composto por 19 das maiores economias mundiais, além da União Europeia. Expandia-se, portanto, a composição do G8, de forma a incluir as grandes economias do Sul. Desde então, o fórum reúne-se a partir de uma agenda organizada pelo país que ocupa a presidência *pro tempore* do grupo. Entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, tal prerrogativa cabe ao Brasil. Além de permitir ao (novo) governo moldar a agenda de acordo com seus projetos mais amplos de política externa, a liderança do G20 inaugura uma série de eventos internacionais no qual o Brasil terá papel protagonista.

## Abstract

In the midst of the so-called crisis of multilateralism, marked by the dysfunctionality of international institutions and criticism of the legitimacy of established spaces for collective decision-making, informal forums have gained an important role. In 1999, the creation of the

G20 was proposed, a group then made up of 19 of the world's largest economies, plus the European Union. The composition of the G8 was thus expanded to include the major economies of the South. Since then, the forum has met on the basis of an agenda organized by the country holding the pro tempore presidency of the group. Between December 2023 and November 2024, this prerogative falls to Brazil. In addition to allowing the (new) government to shape the agenda according to its broader foreign policy projects, the G20 leadership inaugurates a series of international events in which Brazil will play a leading role.

## Introdução

**E**m 1999, a eclosão de uma nova crise econômica e financeira internacional alertou as grandes potências para os riscos de desequilíbrios sistêmicos que obedeciam a uma nova lógica. Tradicionalmente, instabilidades ou colapsos econômicos originavam-se no epicentro do capitalismo mundial. Por serem mais interconectados com os demais atores e estarem estrategicamente posicionado nas cadeias globais de valor, as crises iniciadas nas grandes economias de mercado eram, rapidamente, expandidas para os parceiros menores. Foi o caso, por exemplo, da crise de 1929 e da ruptura do padrão ouro, ambas originadas nos Estados Unidos. No final dos anos 90, por sua vez, vimos a equação contrária: uma disfunção iniciada na periferia do capitalismo, principalmente nos mercados asiáticos, proliferou-se para os países centrais, sem que estes estivessem preparados para conter seu avanço.

Foi nesse contexto que os países centrais perceberam que estava em curso uma nova dinâmica na qual as grandes economias periféricas adquiriam um potencial econômico desestabilizador. Com isso, decisões tomadas em “clubes” como o então G8, que congregava as principais economias mundiais, tinham seu alcance progressivamente limitado e uma crescente dificuldade de ser responsivo e efetivo às variações sistêmicas – mais complexas, mais dinâmicas e mais interdependentes.

Como resultado, foi proposta a criação do G20, um grupo então composto por 19 das maiores economias mundiais, além da União Europeia. Expandia-se, portanto, a composição do G8, de forma a incluir as grandes economias do Sul (COOPER, 2008).

Como o objetivo inicial do G20 era responder à crise, o grupo foi formado a partir de reuniões informais de Ministros das pastas econômicas e financeiras, além de lideranças dos respectivos Bancos Centrais. A meta era promover um fórum de troca de informações e coordenação de políticas monetárias, fiscais e cambiais, para reduzir incertezas, prevenir novas crises, e identificar rapidamente políticas cooperativas a serem implementadas caso as instabilidades não pudessem ser evitadas a tempo de ter sua dispersão contida. Esse formato foi eficiente nos anos iniciais, mas mostrou sua limitação quando, em 2008, uma nova crise – essa originada, novamente, no centro do capitalismo – provocou abalos significativos nas contas públicas e no setor privado de uma quantidade representativa de países.

Como decorrência da crise financeira e imobiliária estadunidense, os países-membros do G20 perceberam que o grupo era um espaço privilegiado para a busca de ações concertadas. Por um lado, devido à sua composição: o G20 reunia países desenvolvidos, emergentes e lideranças regionais de diversos continentes que, caso adotassem medidas rápidas e adequadas, poderiam servir de anteparo para a contenção dos danos. Somados, os membros correspondem a aproximadamente 85% do PIB mundial e a 75% do fluxo de comércio internacional<sup>1</sup>. Por outro, o G20, por ter um certo grau de informalidade, era dotado de flexibilidade e agilidade – tanto para a convocação de encontros quanto para a composição da agenda –, o que permitia movimentações impensáveis dentro da estrutura rígida e burocrática das organizações internacionais. A decisão, portanto, foi de fortalecer o grupo, estrutural e tematicamente: o G20 foi ‘promovido’ de nível ministerial para

---

1 Dados retirados do site oficial do G20, disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20> (acesso em 25 de junho de 2024)

cúpula, e passou a trabalhar também com temas socioeconômicos, e não mais apenas com questões macroeconômicas e financeiras *strictu sensu*.

Desde então, o fórum reúne-se anualmente em formato de cúpula, com reuniões temáticas intermediárias e frequentes, organizadas e convocadas pelo país que ocupa a presidência *pro tempore* do grupo. Entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, tal prerrogativa cabe ao Brasil. O objetivo deste texto, portanto, é analisar como o país tem buscado liderar o G20, por meio dos temas centrais trabalhados e da conexão com uma agenda mais ampla da política externa brasileira. Para tal, partimos de dois argumentos principais. O primeiro, a ser explorado na próxima seção, é o de que o G20 ocupa um papel central para a atual governança global, sobretudo no contexto em que outras instâncias sofrem com paralisias. O segundo, desenvolvido na seção subsequente, relaciona-se com o potencial da presidência brasileira: como a estrutura do G20 permite ao país na presidência uma ampla autonomia para elencar temas prioritários, o fórum apresenta-se como uma oportunidade para a ‘apresentação de credenciais’ do governo Lula. As considerações finais encerram o texto e apontam tendências para novas agendas de pesquisa.

## **A importância do G20 para a governança global**

A narrativa de que o mundo vivencia uma crise do multilateralismo é lugar comum nas análises internacionais – seja pela incapacidade ou falta de celeridade da Organização das Nações Unidas (ONU) de agir, seja pela paralisia que incapacita as atividades da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja pelas divergências ideológicas que obstam o funcionamento de organizações regionais (como no caso da Unasul). Mesmo que, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, tenha havido uma concordância, em tese, sobre a importância de termos espaços de deliberação e decisão coletiva, a operacionalização das instâncias multilaterais enfrenta diversos percalços na prática (LIMA e ALBUQUERQUE,

2020). Três dificuldades que se destacam são a falta de representatividade e legitimidade; os processos decisórios disfuncionais e assimétricos; e a ausência de mecanismos efetivos de monitoramento e sanção (ALBUQUERQUE, 2020).

Em relação ao primeiro ponto, o supracitado G7 é um exemplo evidente. Decisões ou compromissos tomados nesse espaço, conquanto voluntários e restritos aos seus membros, possuem grande dificuldade de regularem ou servirem de parâmetros para outros Estados, limitando o escopo e dificultando resultados concretos em um mundo altamente interconectado. Em relação ao segundo ponto, podemos mencionar tanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com seu poder de veto *de facto*, quanto às instituições de Bretton Woods, que, ao terem o peso do voto ponderado à alocação de capital, privilegiam os Estados Unidos e seus aliados. Já o terceiro ponto diz respeito, novamente, ao CSNU, mas não apenas. Atualmente, diversos acordos multilaterais são declaratórios, inclusive algumas convenções de combate às mudanças do clima, na qual o efetivo cumprimento depende da vontade política dos Estados.

É nessa interseção entre dificuldades e efetividade que o G20, apesar de possuir suas limitações inerentes, destaca-se como uma opção. Apesar de não substituir a ONU ou outras organizações mais representativas – e nem ter esta pretensão –, o grupo possui ferramentas que permitem esmaecer o impacto das dificuldades destacadas acima.

Um elemento que confere benefícios à atuação do G20 é a sua estrutura. Em relação à composição, apesar do grupo ser, por definição, exclusivo e baseado em critérios de poder econômico, é um dos poucos fóruns que decide por consenso, colocando em pé de igualdade a voz e o voto das grandes potências e dos países emergentes. Além disso, em 2023 foi aprovada a adesão da União Africana, que congrega 54 países. Adicionados aos 19 membros e aos países da União Europeia, a entrada dos países africanos elevou o alcance do G20 para mais de 80 países – um número ainda bem abaixo dos 193 membros da ONU, mas significativamente mais abrangente do que o então G8, atual

G7<sup>2</sup>. Com isso, consensos construtivos dentro do G20 tem um potencial maior de ‘transbordamento’ (*spill-over*) para outros fóruns do que aqueles acordos alcançados em agrupamentos mais restritos, como o G7 ou os BRICS, seja pela quantidade, seja pela maior dispersão geopolítica dos membros.

Além da composição, outro elemento estrutural importante de ser destacado é a organização dos procedimentos e dos trabalhos. O G20 não possui um secretariado fixo, ficando à cargo do país na presidência a convocação e preparação logística de todas as reuniões que aconteçam sob o seu mandato. O país na presidência também tem autonomia para identificar temas prioritários, criar, fundir ou descontinuar grupos de trabalho ou forças tarefas, bem como propor encontros ministeriais. Isso permite, por exemplo, que países do Sul coloquem no centro do debate temas que ou não façam parte da agenda de outros fóruns, ou sejam decididos em espaços menos representativos à revelia de suas vontades e opiniões (BILOTTA e BOTTI, 2021).

Para evitar rupturas significativas, já que os membros possuem interesses e prioridades nem sempre convergentes, a presidência atual conta com o apoio da presidência anterior e da seguinte, em um formato que atende pelo nome de *troika*. Esse modelo inovador tem servido de inspiração para outros espaços de governança global, como nas Conferências das Partes (COPs) de clima e biodiversidade da ONU, que tem estimulado a cooperação entre presidências sucessivas.

Abaixo do secretariado *pro tempore*, o G20 também inova ao possuir duas trilhas negociadoras oficiais e uma terceira que institucionaliza a participação da sociedade civil e de representantes de outros níveis de governo. A primeira trilha oficial é a trilha financeira, que está diretamente conectada com a origem do G20: é coordenada pelos Ministros de Economia, Fazenda, Finanças ou equivalentes, e pelos Bancos Centrais, com pauta voltada para temas macroeconômicos como regulação finan-

---

2 A Rússia foi suspensa do G8 em 2014, devido à invasão da Criméia. O grupo, então, passou a atender pela sigla G7.

ceira e instituições financeiras internacionais. Já a segunda trilha oficial, a trilha sherpa<sup>3</sup>, congrega os temas socioeconômicos adicionados após à expansão da agenda em 2008, consagrando a visão de que não é mais possível isolar performance econômica de temas como mudança do clima, transição energética, agricultura e educação. Adicionalmente, o G20 prevê as atividades de grupos de engajamento, formados por representantes do setor privado, *think tanks*, organizações da sociedade civil, parlamentares, mulheres, jovens, entre outros. Cada um dos grupos tem a possibilidade de compartilhar recomendações com os negociadores, extraídas a partir de reuniões, debates e publicações com representantes do respectivo setor (RAMOS e GARCIA, 2024).

A partir do exposto, podemos concluir preliminarmente como o G20 é uma alternativa para ampliar, ainda que parcialmente, a representatividade – sobretudo nos momentos nos quais as organizações de composição quase-universal estão travadas, e as demais opções disponíveis envolvem grupos ainda mais restritos, geopolítica ou geograficamente. O G20 também é um caminho para afastar processos decisórios assimétricos, uma vez que decide por consenso e permite que os temas colocados para apreciação não sejam concentrados nos interesses de poucos. A principal lacuna do G20 é, efetivamente, na ausência dos poderes de monitoramento e sanção. O G20 não é um fórum de implementação, com uma exceção para um órgão que, atualmente, opera em um nicho específico: o *Financial Stability Board*<sup>4</sup>. Ele também coopera com outras instâncias, como o FMI e o Banco Mundial, que possuem mecanismos de compliance (DOBSON, 2024). Entretanto, de forma geral, os acordos alcançados no âmbito do grupo são declaratórios, e não há fiscalização permanente. Suas conquistas, todavia, não devem ser minimizadas, uma vez que há um potencial concreto de amadurecimento

---

3 O termo ‘sherpa’ simboliza uma etnia proveniente do Nepal, na região dos Himalaias, que costuma atuar como carregadora de mantimentos para os alpinistas. A metáfora empreendida no G20 é que os sherpas são aqueles representantes que auxiliam os membros a chegar ao cume.

4 Veja mais em: <https://www.fsb.org/about/> (acesso em 25 de junho de 2024).

de certos debates e de ‘transbordamento’ de consensos para fóruns nos quais há essa previsão.

A partir da descrição do perfil do G20 e do papel que este pode ocupar na governança global, a próxima seção irá se aprofundar sobre a presidência brasileira em 2023-2024, com ênfase na conexão entre os temas selecionados e a orientação mais ampla da política externa do terceiro mandato de Lula da Silva.

## **A Presidência Brasileira do G20**

**A**o ser eleito para um terceiro mandato, após uma vitória com uma margem estreita de votos em relação ao segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva usou como grande lema de sua conquista a narrativa de que o “Brasil está de volta”. Para o presidente, a política externa adotava nos últimos quatro anos rompeu com alguns princípios fundamentais da ação diplomática do país, a exemplo da defesa de espaços de tomada de decisão coletiva e da busca de liderança em fóruns multilaterais (ALBUQUERQUE, 2023). Em paralelo, Lula enfatizou a necessidade de relançar e retomar parcerias com o chamado Sul Global, especialmente com os vizinhos sul-americanos e com os países africanos.

Apesar de bem-recebida internacionalmente, a retórica precisava se refletir em ações práticas, sobretudo porque as condições domésticas e internacionais haviam se alterado sobremaneira em relação ao contexto anterior de liderança do mandatário. Lula enfrentou resistências e desconfianças ao buscar retomar a integração multilateral sul-americana, as tentativas de destravar a OMC não foram bem-sucedidas, e, apesar de arduamente defendida, a reforma do CSNU parece ter ficado ainda mais improvável depois da invasão russa à Ucrânia e as polarizações decorrentes do conflito em Gaza.

Nesse cenário, a presidência brasileira no G20 foi encarada, desde o governo de transição, como uma oportunidade inequívoca para a apresentação das credenciais do novo governo em um fórum econômico de alto nível (HIRST, 2023). Ela inaugura, também, uma sequência do



lideranças que o Brasil terá nos próximos anos, ao sediar a COP30, em 2025, e presidir os BRICS e o Mercosul (NETTO, RIZZO e FEITOSA, 2023). Entregar, portanto, uma presidência do G20 com resultados e boa avaliação seria um cartão de visitas favorável para a administração, além de ter o potencial de ‘transbordar’ consensos para os demais grupos, facilitando que estes sejam igualmente bem-sucedidos.

Ao longo de 2023, ao participar da *troika* ao lado da Índia, então presidente, e da Indonésia, que havia comandado os trabalhos em 2022, o Brasil teve a oportunidade de vivenciar uma tríade de países em desenvolvimento, situação que se repetiu após o *hand-over* da Índia para o Brasil. Ao lado da Índia, presidente de 2023, o Brasil teve também a companhia da África do Sul, que assume a liderança na sequência. Para o Brasil, essa seria uma oportunidade única para garantir a maior perenidade de agendas do Sul nesse espaço. Ao elencar nossos temas prioritários, há um evidente reflexo de temáticas caras a esses países, que estão igualmente associadas à visão de política externa que Lula busca empreender.

O Brasil definiu como lema de sua presidência “Construindo um mundo justo e um futuro sustentável”, e organizou as prioridades a partir de três eixos: inclusão social e combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável e transições energéticas; e reforma das instituições de governança global. Beneficiando-se da flexibilidade disponível, o governo criou duas novas Forças-Tarefas e uma Iniciativa, com o objetivo de serem temporárias e transversais às duas trilhas negociadoras. A primeira foi uma Força-Tarefa para o estabelecimento da Aliança Global contra a Fome e à Pobreza. A segunda destina-se a lançar a Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Já a iniciativa trata de Bioeconomia, um tema que era, até então, ausente dos compromissos do G20<sup>5</sup>.

---

5 As notas técnicas da presidência, dos grupos de trabalho, das Forças-Tarefa e da Iniciativa estão disponíveis em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos> (acesso em 25 de junho de 2024).

As duas Forças-Tarefas estão diretamente relacionadas aos dois primeiros eixos prioritários anunciados pelo Brasil. Combate à fome e à pobreza são pautas historicamente associadas ao Partido dos Trabalhadores, tanto em sua política doméstica – a exemplo do Programa Fome Zero – quanto em sua política externa – ilustrada pela campanha para a eleição de José Graziano como diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela cooperação técnica internacional via Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), sobretudo para países africanos. A mudança do clima, por sua vez, passou a figurar com mais destaque em seu terceiro mandato, em parte como resposta às mudanças domésticas – o desmonte das políticas ambientais empreendidas pelo seu antecessor – e internacionais – como a pressão e o isolamento do Brasil pela falta de controle sobre o desmatamento e as populações nativas, o que culminou em movimentos de isolamento, como o congelamento do Fundo Amazônia.

Já a Iniciativa de Bioeconomia também se conecta com uma demanda histórica do Brasil, que antecede o governo Lula, mas foi ressignificada pelas novas dinâmicas das negociações ambientais, climáticas e comerciais. Apesar de não ter uma definição única, bioeconomia se relaciona com um sistema econômico que se baseia no uso sustentável de recursos biológicos<sup>6</sup>. Para o Brasil, dada as nossas riquezas florestais e oceânicas, debates que envolvam monetização de recursos naturais e repartição de patrimônio genético precisam ser acompanhadas com extrema atenção e cautela. Por isso, a decisão do Brasil de pautar o tema no G20 é tanto racional quanto pragmática: ao introduzirmos o tema sob nossa presidência, temos um potencial maior de controlarmos a narrativa e evitarmos que debates futuros sejam regidos por princípios que contrariem os interesses nacionais não só brasileiros, mas de outros países ricos em recursos naturais – majoritariamente localizados no Sul.

---

6 Informações retiradas da Nota Técnica da Iniciativa de Bioeconomia, disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos> (acesso em 25 de junho de 2024).

O Brasil também buscou utilizar o G20 para aproximar os temas internacionais da população, ao espalhar reuniões oficiais por diversas capitais do país, de todas as regiões. A honraria de receber a Cúpula, momento ápice de coroação do trabalho realizado, com a participação de diversos chefes de Estado e de governo, caberá à cidade do Rio de Janeiro. Nos dias 18 e 19 de novembro, o Rio irá resgatar a sua vocação de cidade global, palco de eventos multilaterais históricos como a Rio92 e a Rio+20. Assim como o Brasil, a cidade também esteve afastada do cenário internacional por um conjunto de crise econômica e projetos políticos divergentes.

Em novembro, portanto, os olhos do mundo estarão voltados para o Rio de Janeiro, mas os desafios não são poucos. Alguns temas que permaneceram em aberto após a Cúpula de Nova Délhi seguem sem definição, e um deles se relaciona, também, com o potencial de sucesso da COP30: a redução dos combustíveis fósseis. Outros, associados inclusive a prioridades domésticas brasileiras, como a taxação de grandes fortunas, ainda dependem da definição de marcos regulatórios. A reforma das instituições, um dos eixos prioritários da presidência brasileira, também segue com impasses: apesar de avanços em negociações sobre direcionamento de fundos para projetos de mitigação e adaptação à mudança do clima, a reforma das quotas e da estrutura de alocação de capital segue sem acordo. Como pano de fundo, apesar do G20 não ser um fórum de segurança, as divisões geopolíticas causadas pelos conflitos na Ucrânia e na Palestina também dificultam a obtenção de consensos. Caberá ao Brasil utilizar todo o seu capital diplomático para buscar maximizar os denominadores comuns.

## Considerações finais

**E**m meio à chamada crise do multilateralismo, marcada por disfuncionalidade das instituições internacionais e críticas sobre a legitimidade dos espaços estabelecidos de tomada de decisão coletiva, os fóruns informais têm ganhado um papel relevante. Seja pela sua com-

posição, seja pela sua flexibilidade, grupos menores têm sido, por vezes, priorizados na política externa dos países devido a sua relativa eficiência. O risco, no entanto, é que esses agrupamentos – menos representativos, exatamente por serem mais restritos – tenham pautas sobrepostas e atuem de forma não complementar aos fóruns mais amplos e universais. Caso isto aconteça, entraremos em ciclo no qual a crise do multilateralismo retroalimenta a continuidade da própria crise.

É essencial, portanto, que estes grupos informais assumam o papel que lhes cabe na governança global, sem pretensões de substituir outras organizações ou acordos cujos mandatos já prevejam a provisão de determinadas ações ou compromissos. Se, no entanto, a atuação desses fóruns de geometria variável for consciente e alinhada aos propósitos coletivos mais amplos, todos podem colher benefícios.

O G20 se destaca nesse intuito. O grupo tem um histórico positivo em relação ao objetivo para o qual foi criado: prevenir novas crises econômicas e financeiras e, quando não for possível evitá-las, coordenar ações para restringir seu escopo e duração. Ainda em nível ministerial, a cooperação para conter a crise de 1999 foi evidente, bem como os esforços para responder à crise de 2008, agora já se reunindo em nível de cúpula. O G20 também deu um passo importante ao entender que não é mais possível encapsular temas econômicos e financeiros e separá-los de questões socioeconômicas mais amplas. A adaptabilidade da agenda, com inclusão de temas que interessam não apenas aos países desenvolvidos, mas também àqueles em desenvolvimento, também merece ter o mérito reconhecido.

A ausência de um secretariado fixo, com a organização dos trabalhos cabendo ao país na presidência, tem vantagens. Esses países assumem o poder de ‘dar o tom’ dos debates, não só por meio da escolha dos temas, mas também da forma como convocam as reuniões, onde as sediam e com qual perfil escolhem liderar os encontros. Há, por outro lado, algumas desvantagens associadas (HEINBECKER, 2011), como a possibilidade de descontinuidade dos trabalhos, a delegação de tarefas a funcionários nacionais que, nem sempre, estão plenamente familiari-

zados com os termos e com a dinâmica das negociações do grupo, e o risco de a presidência ocorrer em um país que esteja ou econômica ou politicamente comprometido naquele contexto – o que poderia ser o caso da Rússia atualmente, por exemplo.

Para o Brasil, a presidência ocorreu em um momento oportuno. Além de permitir ao (novo) governo moldar a agenda de acordo com seus projetos mais amplos de política externa, a liderança do G20 inaugura uma série de eventos internacionais no qual o Brasil terá papel protagonista. Para os analistas e pesquisadores do futuro, portanto, a presidência brasileira do G20 poderá ser um estudo de caso interessante sobre o papel da diplomacia brasileira em um contexto doméstico e internacional marcado por polarizações, falta de convergência e emergência de novos temas em disputa.

## Referências

ALBUQUERQUE, Marianna. A presença do Brasil em fóruns multilaterais: histórico e perspectivas para o novo governo. **Cadernos Adenauer**, ano XXIV, n.2, 2023, pp. 133-145.

ALBUQUERQUE, Marianna. **Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

BILOTTA, Nicola; BOTTI, Fabrizio. “The Role of the G20 in Promoting Global Governance: Challenges and Opportunities for the Italian Presidency in 2021”, in Greco, Ettore; Botti, Fabrizio; Bilotta, Nicola (eds.), **Global Governance at a turning point: the role of the G20**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2021.

COOPER, Andrew. **The G20: A Work in Progress for Global Governance?** Keynote Address at the 8 th FES-SWP North-South Dialogue, 17 June 2009, Berlin, Germany. Disponível em: [https://www.cigionline.org/static/documents/cooper-berlin\\_g20\\_notes.pdf](https://www.cigionline.org/static/documents/cooper-berlin_g20_notes.pdf) (acesso em 25 de junho de 2024)

DOBSON, Hugo. “The G20 and its position within global governance”, in Dobson, Hugo (org.), **Unpacking the G20: lessons from the summit**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2024.

HEINBECKER, Paul. The Future of the G20 and its Place in Global Governance. **CIGI G20 Papers**, n. 5, April 2011. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/132560/G20No5.pdf> (acesso em 25 de junho de 2024).

HIRST, Monica. A política externa de Lula 3.0 além do horizonte. **Cadernos Adenauer**, ano XXIV, n.1, 2023, p. 89-110.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. “Reordenamento Global e Crise do Multilateralismo”. In: JAGUARIBE, Anna (org). **Política internacional: reorientações do multilateralismo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2021. Disponível em: [https://cebri.org/media/documentos/arquivos/Papers\\_KAS2020\\_Impressao\\_24mar.pdf](https://cebri.org/media/documentos/arquivos/Papers_KAS2020_Impressao_24mar.pdf) (acesso em 25 de junho de 2024)

NETTO, Maria; RIZZO Lucca e FEITOSA, Cíntya. “A Roadmap for Brazil’s G20 Presidency on Sustainable Finance.” **CEBRI-Revista** ano 2, n. 8, 2023, pp. 95-111.

RAMOS, Leonardo e GARCIA, Ana. “Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024”. **CEBRI-Revista** ano 3, n. 9 (Jan-Mar), 2024, pp. 177-194.

---

**Marianna Albuquerque** • Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID-UFRJ). Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).